

Política, sociedade e dinâmicas eleitorais (Apresentação)

Em um momento em que, particularmente, a política invadiu a vida e o cotidiano do povo brasileiro de forma mais incisiva durante todos os dias, é com imensa satisfação que entregamos mais um dossiê da Revista de Ciências Sociais. Embora nenhum dos 5 artigos se debruce sobre os acontecimentos que abalaram a vida política nacional no último ano, todos em alguma medida, discutem questões que estão na ordem do dia: campanhas eleitorais, dinâmicas partidárias, o lugar que a sociedade civil ocupa como como na produção de notícias e fatos políticos e a noção de eficiências dos governos.

O artigo **Vozes sociais na imprensa: a sociedade no noticiário político** – de Malena Rehbein Rodrigues, Antônio Teixeira de Barros e Cristiane Brum Bernardes – discute o lugar atribuído a setores da sociedade civil nos jornais impressos. Para isso, os autores se propõem a entender em quais agendas e temas a sociedade é reconhecida, quais são os agentes que aparecem como fontes, a partir da análise de 1.768 matérias jornalísticas em diferentes momentos da vida política brasileira nos governos de FHC e Lula, alternando momentos de calma institucional e crises políticas. Os autores perceberam que as fontes emprestam credibilidade e autoridade às falas, mas são hierarquizadas a partir dessa credibilidade, sendo, portanto, procuradas pelos jornais de maneira desigual. Os dados mostram que detentores de cargos e políticos profissionais, ainda que sem liderança, são

procurados 3 vezes mais que a sociedade. Esta, por sua vez, é buscada de maneira quase ritualística com o objetivo mais de cumprir regras jornalísticas do que contribuir para o debate. Os autores argumentam que isso se dá em função da falta de tempo na elaboração das matérias, da distância entre repórteres e fontes da sociedade (sendo o contato com os políticos mais “facilitado” nesse sentido) e o problema da legitimação. Na análise das notícias, a sociedade foi chamada principalmente em temas ligados aos processos administrativos e legislativos; em notícias relacionadas a protestos e manifestações, em temas vinculados às ações governamentais e em denúncias. Ainda assim, o perfil da sociedade que “fala” nos jornais é bem específico: sindicalistas e representantes de categorias profissionais, empresários, sendo os técnicos e acadêmicos muito pouco ouvidos. Como conclusão, os autores percebem que somente grupos fortes têm possibilidade de influir na agenda midiática e dessa forma, a cobertura jornalística contribui para a manutenção do *status quo*.

Os três artigos seguintes abordam os processos eleitorais, sendo os dois primeiros mais relacionados à dinâmica partidária.

Objetivando contribuir para o conhecimento da vida política no país em diferentes dimensões, Marcos Antônio da Silva, no artigo **Partidos e eleições no Rio Grande do Norte (1982-2014): institucionalização e estabilidade relativa** trata de analisar o desempenho dos partidos políticos naquele estado no período de três décadas, a fim de compreender a natureza do sistema partidário local e sua interação com a dinâmica nacional. Levando em consideração o peso das oligarquias de caráter agrário (que influenciam inclusive o desempenho para o Senado) e o caráter conservador dos partidos locais, ao se debruçar sobre os dados das eleições de 1990 a 2006, o autor percebe uma relativa estabilidade do sistema político e ainda que haja certa fragmentação no início do século XXI, com a

emergência de pequenos partidos, não há ameaças à predominância dos partidos médios.

A discussão sobre os meandros partidários e eleitorais também fez parte das preocupações de Rafael Machado Madeira, no artigo intitulado **Dinâmica eleitoral e partidária em um contexto ditatorial: a relação entre elites políticas e o regime (1965-1979)**. Analisa a relação entre a cúpula militar e parcela da elite política durante parte do período da ditadura civil-militar, tomando como ponto de partida a instalação do Ato Institucional N°2 que “instituiu” o bipartidarismo, forçando assim que os partidos extintos se reorganizassem em dois grupos: ARENA, alinhado com o regime militar e MDB, considerado por muitos como o grupo de oposição consentida. Propõe a analisar características do bipartidarismo brasileiro que influenciaria na dinâmica político-partidária e eleitoral do período posterior multipartidário. Para isso reflete sobre os meandros do desenvolvimento do MDB, passando das dificuldades iniciais que iam desde a falta de viabilidade eleitoral, às cassações políticas e à ausência de vínculo de preferências com a legenda às estratégias construídas pelo partido de exploração de rivalidades locais ao momento onde cidades importantes passam a ser conquistadas pela via eleitoral. O autor se detém também sobre as estratégias de renovação costuradas pelos governos Castello Branco e Médici para construir um partido governista viável eleitoralmente (ARENA) e coeso internamente, escolhendo para os governos estaduais novas lideranças políticas desvinculadas das principais lideranças do partido. Atentar para esse momento, segundo Madeira, é fundamental para entender o período subsequente multipartidário. Isso se mostra ainda mais profícuo se levarmos em consideração que muitos desses atores políticos e seus herdeiros ainda estão em cena na vida política brasileira atual, exercendo controle e influência sobre os processos políticos.

A dinâmica eleitoral, agora já no período recente, é preocupação das autoras Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho e Monalisa Soares Lopes no artigo **Duelo entre candidatos poste: a campanha eleitoral pela prefeitura de Fortaleza em 2012**. O candidato “poste” é aquele pleiteante considerado sem luz própria e que necessita da transferência da imagem de um governante bem avaliado. Partindo da hipótese de que a expansão desse fenômeno vincula-se à tendência de ciclos políticos mais longos, ocasionada pelo mecanismo da reeleição que acentua tendências situacionistas, as autoras atentam para a retórica eleitoral de campanha de dois candidatos à prefeitura da 5ª maior cidade do país: Elmano de Freitas, do Partido dos Trabalhadores e Roberto Cláudio, à época no Partido Socialista Brasileiro. Analisam o cenário construído para a criação das candidaturas, a especificidade desses dois grupos (até então aliados) e o rompimento que permitiu esse embate. Carvalho e Lopes descrevem e analisam, a partir do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, o protocolo de apresentação dos candidatos, com suas diferentes estratégias e o lugar que os “pais” políticos (a então prefeita Luizianne Lins, do PT e o governador do estado do Ceará, Cid Gomes, do PSB) tomam nessa disputa. Refletem também sobre o papel fulcral de Lula como fiador da campanha de Elmano e de como esse fenômeno não é algo isolado ou local, revelando em muito a dinâmica política brasileira, numa espécie de “governismo de coalizão”.

O último artigo do dossiê **Boa gestão e políticas públicas municipais**, de Clóvis Alberto Vieira de Melo e Lívia Maria Ferreira da Silva, explora a discussão sobre o que seria um bom governo, a partir de variáveis que explicam graus de eficiência dos governos municipais. Usando a base de dados do IBGE, INEP, DATASUS, TSE e FIRJAN, para coletar dados relativos ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), os autores partem da

hipótese de que um governo dotado de equilíbrio em suas contas públicas consegue maior eficiência na prestação de serviços. O uso desses indicadores se dá por entender que eles captam a qualidade da burocracia, eficiência na implementação de programas, equilíbrio fiscal, níveis de transparência e capacidade de resposta aos cidadãos. Apesar de confirmar em parte as hipóteses iniciais, os autores entendem que fatores endógenos são relevantes também na explicação do que viria a ser um bom governo.

Como dito no início do texto, a atualidade e relevância dos artigos que compõem o dossiê se revelam, pois 2016 foi um ano em que a discussão sobre o impacto das contas públicas, a noção de eficiência e de gastos foi discutido *ad nauseam* por “especialistas” convocados a dar respostas nos principais noticiários escritos e televisionados. Foi também por meio desses canais que pudemos ver o antigo MDB, agora PMDB, envolvido em sucessivos escândalos que vão desde a manipulação que redundou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) aos escândalos de corrupção quase diários. Os jornais demonstraram mais uma vez serem peças fundamentais do jogo político e também produtores dessas contendas. Esse também foi um ano de eleições municipais, onde a força da esquerda e em especial, do PT (e de Lula) foi testada e no qual o antigo “candidato poste” Roberto Claudio duelou (e ganhou) da ex-prefeita Luizianne Lins na cidade de Fortaleza, além de ser um momento em que “fantasmas antigos” voltaram a assombrar-nos: golpes contra a democracia e manifestantes pedindo, inadvertidamente, a volta da ditadura militar em diversas ocasiões.

Danyelle Nilin Gonçalves
Organizadora